



Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria Especial de Controle Interno

ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança Estratégica - CGE

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

5ª Reunião Ordinária

Aos 30 dias do mês de Outubro do ano de 2024, às 10h30, o Comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou a 5ª reunião ordinária na sala de reunião nº 433, 4º Andar, edifício sede do MTE. Estando presentes os membros: Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que presidiu a reunião, Secretário-Executivo, Secretário-Executivo Adjunto, Chefe de Gabinete do Ministro, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Secretário de Inspeção do trabalho Substituto, Secretário da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, Secretário da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda Substituto, Secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho da Secretaria Executiva, Presidente da FUNDACENTRO (on-line), Ouvidor, Corregedor, Presidente da Comissão de Ética do MTE, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria Executiva, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva, Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Executiva, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais substituta, Chefe de Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho, Chefe de Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento, Chefe de Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação, Assessora Especial do Gabinete do Ministro, Assessor da Secretaria Executiva, Coordenador-Geral da Coordenação Geral das Unidades Descentralizadas Substituto.

O Ministro de Estado do Trabalho iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e passou a palavra para o Coordenador do Comitê de Governança Estratégica, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Senhor Cláudio Py, que abriu os trabalhos com a primeira pauta do dia: apresentação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, pelo Senhor Secretário, Gilberto Carvalho.

O Secretário, senhor Gilberto Carvalho, iniciou a sua fala apresentando as principais competências da Secretaria, como definir e coordenar a política de economia popular e solidária, articulando com representações da sociedade civil, sobretudo através do conselho nacional da economia solidária, atua junto a demais órgãos públicos em seus programas de combate ao desemprego e à pobreza, estimula a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, objetivo este, incluído na atual administração do governo, supervisiona a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e a gestão do cadastro nacional de iniciativas e empreendimentos da economia solidária (CADSOL), outrora desativado desde o ano de 2013, essa administração retomou os trabalhos e partir de 15 de dezembro desse ano, os dados estarão disponíveis. Sobre os resultados e entregas, informou que estão reimplantando o CADSOL, instituindo 10 comissões gestoras estaduais e até o final do ano instituirá em todos os estados do Brasil; implementação do programa central de formação Paul Singer, de agentes populares de economia popular e solidária, cujo objetivo é contratar pessoas através de uma bolsa com TED feito com a FUNDACENTRO em que já foram contratados 56 agentes para a equipe nacional, 54 agentes para a

coordenação estadual e será aberto processo seletivo para contratar 500 agentes territoriais; outro programa importante é o Manuel Quirino de Qualificação realizado com a Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda do Ministério, em parceria com os Institutos Federais de Educação em todo o país em que trabalhadores são formados em economia solidária, com o apoio de professores conscientes e motivados com a pauta; o outro pilar é o de fomento, com esforços de articulação com o BNDES e o Banco do Brasil, com o apoio do Ministro Marinho e do Secretário Executivo Macena e da Secretaria de Proteção ao Trabalhador na pessoa do Carlos, a fim de negociar com os bancos recursos financeiros para suportar os programas da secretaria. Hoje, 80% dos empreendimentos estão no campo, pequenos agricultores organizados em cooperativas, que almejam fazer negócios com o governo, como por exemplo, fornecendo mantimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Acrescentou que iniciaram uma parceria com o SEBRAE e estão realizando duas atividades de qualificação e assessoramento técnico, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro. Fizeram também um TED com o Ministério dos Povos Indígenas, para realizar o Programa Recolha do Lixo dos Resíduos da Área Yanomami, no valor de R\$ 20 milhões dentro do processo de cooperativas de catadores. Em seguida, falou das emendas parlamentares, uma iniciativa da economia solidária de 619 empreendimentos, 6 feiras, 5 organizações de catadores de materiais recicláveis e 8 redes de cooperação solidária, no valor de R\$ 16 milhões, nos anos de 2023 e 2024. A seguir, informou que a SENAES irá promover a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, até hoje, foram realizadas 115 conferências locais, com a presença de 6 mil participantes, em 1600 municípios. e 33 convocadas. Quanto às estaduais, foram convocadas 27 conferências a se realizar em novembro e dezembro desse ano. E por fim, foram convocadas 8 conferências temáticas e livres com os temas: Educação Popular, Juventudes, Mulheres, Finanças Solidárias, Agroecologia, Cultura, Povos das Águas, Reciclagem, dentre outros. Em seguida, o secretário apresentou as metas da secretaria para até o ano de 2026: selecionar 1000 agentes territoriais para atuar na fiscalização e no fomento dos projetos em andamento da secretaria, em todo o território nacional; realizar campanhas de divulgação e adesão dos empreendimentos solidários ao CADSOL; apoiar o Circuito Brasileiro de Feiras Solidárias; instituir o pagamento de benefícios do Governo Federal através de bancos comunitários e cooperativas de crédito solidário e realizar a Chamada Pública de R\$ 10 milhões para apoiar as redes de economia solidária. Finalizando, o secretário informou que neste ano foi criada a frente nacional parlamentar mista e solidária e há dois marcos legais a serem aprovados: o projeto de lei que cria a política nacional de economia solidária (PNES) – PL 6606/2019 e o projeto de lei que estabelece a definição de moedas sociais e regula a sua emissão – PL 4476/2023. Em relação aos desafios atuais da secretaria, o secretário mencionou a questão do baixo orçamento, a reorganização das bases da economia solidária e a consolidação dos impactos da economia solidária no PIB nacional.

Adiante, o sr. Cláudio Py tomou a palavra para falar sobre a supervisão ministerial realizada pela AECI nesse ano, quanto às demandas do TCU, há 10 auditorias em andamento, 123 TCEs encaminhadas, 169 acórdãos, 246 comunicações, 103 recomendações encerradas e 41 em andamento. Das demandas da CGU, há 17 auditorias em andamento, 15 recomendações em atendimento, 84 em análise com a CGU, 99 em monitoramento e 95 concluídas, todas as demandas atendidas dentro do prazo. Informou que o MTE está sendo auditado pela CGU, com algumas cobranças pontuais, específicas, esse ano o Ministério presta conta e tem julgamento, certificado da auditoria e relatório, acrescentou que essa prestação de contas já estava sendo realizada através do BI, quase diariamente e algumas informações mensais e trimestrais, demonstrações contábeis. A seguir, apresentou a conclusão da 3ª fase do gerenciamento de integridade, referente ao Programa de Integridade do Ministério, realizado pelas áreas finalísticas, para ser aprovado pelos membros presentes. A Secretaria da Relação do Trabalho gerenciou 128 eventos de riscos "de integridade", todos, após a aplicação dos mecanismos de controle, foram avaliados como de níveis baixos, portanto, segundo a metodologia utilizada, tais riscos serão aceitos e deverão adotar o tratamento de convivência com eles. A Secretaria de Proteção ao Trabalhador gerenciou 256 eventos de riscos "de integridade", todos, após a aplicação dos mecanismos de controle, foram avaliados como de níveis baixos, portanto, segundo a metodologia utilizada, tais riscos serão aceitos e deverão adotar o tratamento de convivência com eles. A Secretaria de Inspeção do Trabalho gerenciou 59 eventos de riscos "de integridade", com a proposição de utilizar de mecanismo de controle de monitoramento e reporte para melhorar o monitoramento através da criação de rotinas e ferramentas automatizadas do controle qualitativo dos relatórios de atividades e implementar rotinas de verificação e monitoramento até a data de 31/12/2026. A Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda gerenciou 192 eventos de riscos "de integridade", com a proposição de utilizar 2

mecanismos de controle de acompanhar e avaliar a execução do objeto do plano de capacitação dos stakeholders, revisar a resolução 888/2020 e controlar a satisfação da sociedade disponibilizando ferramentas para realizar pesquisa de satisfação dos serviços do Sine, até a data de 31/12/2024. Tanto os riscos da SIT como da SEMP foram de níveis baixos, portanto aceitos e o tratamento é conviver com eles. A Secretaria Nacional de Economia Solidária gerenciou 128 riscos "de integridade" das políticas de Formação em Economia e Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, com a observação que faltou o gerenciamento de uma área que será encaminhado para a Coordenação de Gestão de Riscos a posteriori e será apresentada para a aprovação do CGE na próxima reunião. Do detalhamento, a SENAES, após a aplicação dos mecanismos de controle, avaliou os riscos como de níveis baixos, portanto, segundo a metodologia utilizada, serão aceitos e deverão adotar o tratamento de convivência com eles. Finalizando, informou que o sistema AGIR está na fase de homologação. Quanto ao Guia de Assédio Moral e Sexual do Ministério, está na fase final de ajustes já incorporando todas as informações das Secretarias e demais unidades do Ministério inclusive das unidades descentralizadas e todo o material foi encaminhado para a ASCOM para as tratativas de elaboração de design gráfico.

A seguir, o sr. Cláudio Py passou a palavra para a Coordenadora do Grupo de Trabalho das Mulheres, senhora Maria Luiza do Valle, que informou que a sala de acolhimento para as mulheres já está pronta e o Guia de Assédio será utilizado no atendimento das servidoras em situação de violência, de assédio e de discriminação. No primeiro momento, essa ação será disponibilizada para as colaboradoras do edifício sede e anexo em Brasília, porém, já consta previsto no plano de ação, a ampliação da ação para todas as superintendências regionais do trabalho nos estados. Essa Política será publicada pela Diretoria de Gestão de Pessoas, política essa que se integra à Política Nacional de Prevenção ao Assédio implantada pelo Governo Federal em todos os Órgãos Federais. O Guia de Assédio atende a necessidade de informação e será divulgado com o apoio da ASCOM à priori de modo virtual e posteriormente será disponibilizado em meio físico para todas as unidades do Ministério e também para estar à disposição na sala de acolhimento à mulher que será inaugurada no dia 22 de novembro desse ano. Informou que hoje o GT está fazendo um processo seletivo no Ministério para preencher as vagas de servidoras voluntárias que irão realizar o atendimento na sala de acolhimento à mulher. Essa ação será lançada pelo Ministro de Estado do MTE.

Em seguida, o sr. Cláudio Py passou a palavra para o Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas, senhor Jobson, que informou sobre o dimensionamento da força de trabalho, em que o MTE irá acompanhar o trabalho que está sendo coordenado pelo MGI, com a utilização de ferramenta automatizada, através de um software que irá analisar a situação atual, apontando oferta e demanda de pessoal, levando em consideração o absenteísmo, a fim de garantir que o Ministério seja suprido nessa área. Ademais, informou que a diretoria de gestão do próximo Concurso Nacional Unificado (CNU), a cargo do MGI, irá oficializar o MTE em primeira mão, para sinalizar se tem interesse em participar desse concurso. O Secretário Executivo tomou a palavra, solicitando que a DGP inclua a demanda da FUNDACENTRO no CNU. A Malu pediu a palavra para perguntar ao Jobson se está previsto realizar concurso para o cargo de nível médio, na área administrativa. Jobson respondeu que serão avaliadas a necessidade de pessoal em todas as áreas do MTE, não somente com a possibilidade de preencher com o concurso público, mas como também vagas de estágio, contratações temporárias e também a dimensão dos contratos terceirizados. O Secretário Executivo tomou a palavra para informar que o concurso será para gestores e não para nível médio, trata-se de uma decisão de Governo. Jobson finalizou o assunto, ratificando que o estudo sobre o dimensionamento irá realizar uma espécie de "raio x" avaliando as necessidades de pessoal de todos os níveis e de todas as áreas. Em seguida, apresentou os seguintes dados sobre o total de pessoas no programa de gestão e teletrabalho por tipo, no teletrabalho parcial, há 689 servidores, no presencial, 1.101 e dos que não participam, 3.155, fonte SIAPE de outubro/2024. Que a DGP está realizando uma avaliação e auditoria do PGD nos 6 meses de teste e posteriormente será apresentado o resultado a todos, inclusive informando se a meta estipulada foi feita adequadamente. A Malu pediu a palavra para perguntar se o controle do PGD está sendo feito via SEI ou de sistema. Jobson respondeu que está sendo via SEI, com a expectativa de implementar o sistema PETRUS para o próximo ciclo.

A seguir, a palavra foi passada para o Diretor da Diretoria de Tecnologia da Informação, senhor Heber, para explicar sobre o PDTI e a sua importância na rotina e no funcionamento do Ministério, como na eficiência e na efetividade dos resultados alcançados. A seguir apresentou a infraestrutura de TI do Ministério que conta com uma sala cofre localizada no subsolo do edifício anexo do bloco F que faz a conexão com as 409

unidades de rede do Ministério na sede, superintendências, Gerências e agências e uma comunicação com a sociedade, o serviço conta também com a infraestrutura da DATAPREV e do SERPRO. Alguns serviços de infraestrutura fornecidos pela DTI do Ministério através da sua sala cofre estão a Gestão da Rede, como gerenciamento de endereços e wi-fi, a Segurança, como o controle de conteúdo malicioso, controle de tráfego de dados e comportamento, Serviços como espelhamento do SEI, DTI Atende, Backup e a Otimização de processos, como balanceamento de carga e plataforma de gestão, cruzamento e análise de dados. Destacou a relevância da estrutura de backup implementada na sua gestão que foi precisa no último incidente cibernético que garantiu que nenhum dado fosse perdido. Dos serviços da DATAPREV, destaque para a infraestrutura de nuvem para o espelhamento do SEI e o acesso remoto – VPN, já o SERPRO fornece a infovia de serviço de internet e também infraestrutura de nuvem. A seguir apresentou todos os principais sistemas do MTE, quais são operados na sala cofre da DTI do Ministério como o CNES, SIGFAT e Certidão de Registro Sindical; no SERPRO como eSocial (que registra o histórico laboral das áreas privada e pública), FGTS Digital e RAIS WEB; e na DATAPREV como o Seguro Desemprego, Abono Salarial, Proger, CAGED, SIGOC do CODEFAT e Portal Emprego Brasil. Assim, a DTI administra 89 sistemas, 409 unidades em rede, 5603 contas de usuários e conta com uma equipe de 47 colaboradores. Em seguida apresentou dados históricos dos orçamentos destinados à DTI de 2022 (300.214.666,00) como MTP, de 2023 (270.785.442,00) como MTE, de 2024 era (224.556.646,00) e após o corte (201.263.144,00). Informou também o valor dos principais contratos de TI do Ministério sendo os 3 maiores com a DATAPREV de 149 milhões, com a Telebras de 21 milhões e com a Stefanini de 10 milhões. A seguir falou da importância do Plano Diretor de TI, criado pela IN SGD/ME nº 94, de 23/12/2023 com o fim de diagnosticar, planejar, e gerir os recursos e processos de TI para atender as necessidades finalísticas e de informação do órgão. Principais pontos que exprimem a importância desse Plano são a função de alinhamento estratégico, garantir a eficiência e inovação, assegurar a conformidade e transparência e por fim, preparar o Ministério para o futuro. Finalizando, apresentou o cronograma do Plano que teve início com o levantamento de necessidades em setembro desse ano e está previsto para ser aprovado pelo CGE na reunião de dezembro de 2024. O Secretário-Executivo Adjunto, senhor Victor tomou a palavra para comentar sobre o trabalho da gestão do conhecimento que é o levantamento de informações sobre a DTI que está sendo realizado para organizar com efetividade as informações a fim de ampliar o conhecimento de quais são os serviços, os sistemas e as infraestruturas. E essa ação é resultado de um compromisso acordado com o Ministro Marinho. Disse que alinhou com o senhor Cláudio Py para mapear os riscos, por sistemas, nos vários indicadores dos sistemas da DTI e acrescentou que na última reunião com a Secretaria Executiva do SERPRO a respeito de incluir um flag de acompanhamento sobre tudo o que está acontecendo no Governo no que diz respeito à Rede Blockchain Brasil, pois é importante disponibilizar informações sobre essa agenda e também sobre o DREX no Banco Central, pois o MTE tem de estar atento às mudanças iminentes.

Prosseguindo, a palavra foi passada para o Ouvidor, senhor Paulo que apresentou o Painel da Ouvidoria que espelha as ações realizadas pela unidade, quadrimestral, sobre o volume de solicitações, reclamações, sugestões, elogios, denúncias recebidas que só é possível com o apoio constante da DTI no auxílio de manter esse painel em pleno funcionamento, disponível na rede de internet a qualquer usuário que precise acessar essas informações. O painel é de extrema importância para responder as perguntas de transparência ativa, mostra o total de demanda recebida, quantas em tratamento, concluídas e arquivadas separando-as por tipo, inclusive, com um quadro importante que são os dados sobre as reclamações trabalhistas e o abono salarial. Em seguida, apresentou o Painel da LAI que mostra o volume de pedidos de informação recebidos e o seu devido atendimento, conforme a sua classificação de restrição de conteúdo em Lei e também separa os pedidos por assunto como dados da RAIS/CAGED, fiscalização trabalhista, trabalho escravo e outros dados estatísticos do trabalho. O Painel da LAI também está disponível na página do MTE na rede de internet com acesso livre a qualquer usuário. Ambos os painéis apresentam dados a partir de abril de 2023, dados da anterior Gestão encontram-se disponíveis na base de dados da CGU. Finalizando, comentou que está alinhando com outras unidades do MTE que também recebem denúncias, sobretudo a SIT, para estudar e avaliar sobre a possibilidade de haver um canal único de denúncia no MTE, assunto também tratado com o senhor Cláudio Py principalmente por sua expertise no tema de Gestão de Riscos de Integridade e de Controle Interno. Essa redução de canais dentro dos órgãos é uma orientação da CGU, principalmente no que diz respeito às denúncias, pois há casos em que canais recebem demanda como denúncia equivocadamente e também no que diz respeito ao grau de transparência devido ao canal. O senhor Secretário Executivo, senhor Macena, tomou a palavra para comentar que a questão não é que a CGU não consegue auditar nossos canais

de denúncia internos, e sim que o MTE não consegue auditar; não se tem um banco de dados sobre as informações solicitadas, o que foi resolvido e o que não foi, e qual foi o encaminhamento dado, ou seja, cada secretaria provavelmente tem esse dado, porém enquanto Ministério não se tem. Acrescentou que existem sistemas que o canal de entrada e saída é único o que contribui para a gestão da governança, então, esse é um ponto que o MTE precisa trabalhar para melhorar a pauta de gestão do canal de denúncias, que o Ministério está sendo reconstruído com a nova Gestão e algumas mudanças estão sendo realizadas, e é necessário promover uma mudança nessa pauta e ratificou que há instrumentos tecnológicos para isso. Apontou inclusive que tem dúvida se a população realmente conhece os canais de denúncia do MTE, finalizando, perguntou se o sistema DET (Domicílio Eletrônico Trabalhista) está funcionando e solicitou que fossem tomadas as medidas necessárias para averiguar inclusive a possibilidade de encaminhar as informações para os sindicatos através desse sistema.

A seguir, a palavra foi passada para a presidente da Comissão de Ética do Ministério, senhora Marta, que iniciou a sua fala apresentando a unidade que faz parte da Rede de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal, cujo órgão central é a Comissão de Ética Pública, lotada na Presidência da República. Cada órgão possui uma Comissão de Ética setorial, instituída pelo Decreto nº 1.171/94 que traz o Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal. Acrescentou que existe também o Código de Conduta da Alta Administração Federal, que contempla os ocupantes de cargos FCE e CCE nível 17 acima, aprovado em 21/08/2000, além do Decreto nº 6.029, de 1/2/2007 que instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Lembrou a todos que o MTE possui um Código de Conduta, publicado pelo Ministro, via Portaria MTE nº 1.283, de 30/07/2024, em vigor a partir de 1/09/2024. A Comissão de Ética exerce as funções: orientativa, consultiva, educativa, apuratória e repressiva, sendo que o aspecto preventivo é predominante nas suas ações. A comissão de ética tem como finalidade orientar, deliberar e responder a consultas e a todas as atividades relacionadas à ética pública bem como analisar a consulta sobre a existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para o exercício de atividade privada por servidor do MTE cuja competência primária é da CGU, segundo a Lei 12.813 de 16/05/2013, porém tal atribuição poderá ser distribuída para a Comissão de Ética de cada entidade, nos moldes da Portaria Interministerial MPOG/CGU nº 333/2013. Informou que a comissão de ética setorial do MTE atua no âmbito da sede e das unidades descentralizadas e possui jurisdição sobre o corpo funcional da pasta podendo processar e julgar condutas praticadas por servidores efetivos, temporários, empregados públicos em exercício no Ministério e ocupantes de cargos comissionados de nível 16 e inferiores. Já a competência para apurar as condutas aéticas porventura cometidas por autoridades ocupantes de cargos de níveis 17 e superiores é da Comissão de Ética Pública, lotada na Presidência da República. Em seguida apresentou os dados oriundos a partir da sua criação em 2023, sobre os processos de análise de conflito de interesses, recebidos até a presente data, com 17 consultas, 16 respondidas em tempo médio de resposta de 7,25 dias, e uma em análise. Quanto aos processos éticos, até o momento, foram recebidos 22, 10 estão em análise, 11 foram arquivados e um está aguardando juízo de admissibilidade. Informou sobre o sistema de controle de pedido de consulta sobre conflito de interesses da CGU (SeCI). A seguir, apresentou que as denúncias recebidas mais recorrentes tratam de assédio moral, que a Comissão não tem competência para apurar, então, ela encaminha para a Corregedoria do Ministério, sobre insubordinação, falta de urbanidade e "cantadas" ou importunação sexual, em sua maioria oriundas das unidades descentralizadas em que todo o processo de apuração é realizado de modo remoto. Acrescentou que a Comissão é composta por 3 conselheiros titulares e 3 suplentes que acumulam suas funções de trabalho com os encargos de conselheiro. Em seguida, apresentou o projeto de trabalho de prevenção que consiste numa oficina itinerante em que a Comissão de Ética vai até às secretarias do Ministérios, abordar temas como assédio moral e sexual e comunicação não violenta, temas esses que correspondem ao teor de suas denúncias mais recorrentes como já mencionado anteriormente. O nome do projeto é: Ética em ação: fortalecendo relações no ambiente de trabalho, e a Comissão está de portas abertas para que as secretarias entrem em contato solicitando essa oficina. Finalizando, apresentou os nomes dos conselheiros, seus mandatos, a sua Secretária-Executiva, que acumula essa função com outras funções da sua atual lotação. Informou então que possui uma sala física localizada no segundo andar em que realiza suas reuniões e recebe os servidores da sede com questões de conflitos interpessoais no trabalho.

O senhor Cláudio Py, Coordenador do CGE, perguntou se alguém gostaria de falar e como ninguém se pronunciou, agradeceu a presença de todos e o Secretário-Executivo senhor Macena encerrou a reunião às 12h30. E, eu, Josabet Dourado Guerra, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos

membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antonio de Almeida Py, Chefe de Assessoria Especial**, em 09/12/2024, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Odair Henrique Michels Behn, Chefe de Gabinete**, em 09/12/2024, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Rogerio Carvalho Lavigne, Secretário de Qualificação, Emprego e Renda**, em 09/12/2024, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Marcello Fonseca Marques, Ouvidor(a)-Geral**, em 09/12/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Xavier Rocha, Ordenador(a) de Despesas**, em 09/12/2024, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jobson de Paiva Sales, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 09/12/2024, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Perito, Secretário(a) de Relações do Trabalho**, em 09/12/2024, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MONTAGNER, Subsecretário(a)**, em 09/12/2024, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Carvalho, Secretário(a)**, em 09/12/2024, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Trindade Veloso Fulcar, Presidente da Comissão**, em 09/12/2024, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heber Fialho Maia Junior, Diretor(a)**, em 09/12/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Francisco Rodrigues, Auditor(a) Fiscal do Trabalho**, em 10/12/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO CRISPIM SENA BARROS, Chefe de Assessoria Especial**, em 10/12/2024, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS DA SILVA, Chefe de Assessoria Especial**, em 12/12/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TANIA SILVA DE ALMEIDA, Chefe de Assessoria Especial**, em 09/01/2025, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=4047492&crc=8A5E20D1)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=4047492&crc=8A5E20D1](http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=4047492&crc=8A5E20D1), informando o código verificador **4047492** e o código CRC **8A5E20D1**.

Referência: Processo nº 19955.200314/2024-35

SEI nº 4047492